

Minorias sociais na pauta da política midiaticizada

Identidade e diferença como expressões folkcomunicacionais no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral em 2006

*Karina Janz Woitowicz*¹

Resumo: Entre os diversos argumentos e estratégias utilizados pelos candidatos na disputa eleitoral, um elemento que tem marcado a tentativa de identificação com os eleitores é o reconhecimento de determinados traços identitários de grupos sociais. Referências a raça/etnia, gênero, classe social, geração, entre outros marcadores de diferença, aparecem na pauta dos programas veiculados no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, funcionando como mecanismos de convencimento através do apelo direto a um determinado setor da sociedade civil e suas respectivas bandeiras. Tratam-se de elementos da comunicação popular que evidenciam os constantes conflitos sociais em torno da afirmação das identidades, que foram identificados através da observação de personagens, discursos e códigos simbólicos nos programas veiculados no estado de Santa Catarina em agosto de 2006, incluindo as disputas para presidente, governador, senadores e deputados federais e estaduais.

Palavras-chave: folkcomunicação; política; minorias sociais; identidade.

“Uma minoria fica desarmada quando se conforma com a maioria; deixa afinal de ser minoria.”(Henry David Thoreau, em “A desobediência civil”)

Considerações Iniciais

Negros, indígenas, mulheres, grupos religiosos, deficientes, homossexuais, entre outros, formam a diversidade de setores da sociedade civil organizada que são representados, direta ou indiretamente, através de candidatos no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). Através do acompanhamento dos programas veiculados em agosto de 2006 em Santa Catarina, foi possível identificar a presença do discurso da identidade e da diferença como estratégias de reconhecimento utilizadas pelos candidatos para aproximarem-se de seus eleitores.

O presente texto busca levantar algumas referências sobre a noção de igualdade e de minorias sociais, de modo a compreender como a comunicação popular se relaciona com as

¹ Jornalista, professora do curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, doutoranda do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: karinajw@hotmail.com

demandas dos grupos sociais, produzindo discursos e representações em torno das identidades. Assim, são analisados elementos como a fala dos candidatos e de personagens que participam dos programas e o uso de códigos simbólicos (tais como vestuário, valores, elementos culturais, etc) nos programas para presidente, governador, senadores e deputados federais e estaduais.

A perspectiva da folkcomunicação apresenta-se, neste contexto, como uma importante referência para pensar sobre as relações entre a comunicação e o campo da política, em uma sociedade em que a disputa eleitoral acontece cada vez mais dentro dos estúdios e distanciada dos chamados ‘setores de base’. Através de elementos da cultura popular próprios das minorias sociais, pode-se perceber a existência de diferentes discursos em torno da identidade, constituindo espaços de resistência (oportunistas ou não) em meio a eleições marcadas por estratégias de marketing eleitoral que valorizam imagens e apelos diversos.

A noção de igualdade e a afirmação das diferenças

O conceito de igualdade remete à condição do indivíduo em si mesmo e no meio social e serve de fundamento à democracia. No entanto, permanece como ideal utópico quando colocado diante da seguinte declaração de Orwell: “Todos são iguais, porém alguns são mais iguais do que outros”.

Nas diversas abordagens sobre o tema da igualdade, que marca o discurso político nas sociedades democráticas, uma das referências principais está em Jean Jacques Rousseau, que se tornou um dos “pais” da Revolução Francesa, inspirando revolucionários em sua defesa de princípios como a soberania popular e a igualdade de direitos. No “Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens”, escrito em 1755, a desigualdade e a injustiça são vistas como frutos da competição e da hierarquia vigentes na sociedade, diante de uma natureza humana corrompida.²

Rousseau distingue desigualdades naturais e sociais, e apresenta como meta a eliminação das segundas, que foram produzidas pela civilização humana.

² Em “O contrato social”, o filósofo observa: “O homem nasceu livre, e em toda parte se encontra sob ferros. De tal modo acredita-se o senhor dos outros, que não deixa de ser mais escravo que eles”. (ROUSSEAU, 1999, p. 21)

“Concebo na espécie humana duas espécies de desigualdade: uma, que chamo de natural ou física, porque é estabelecida pela natureza, e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito, ou da alma; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção, e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens. Consiste esta nos diferentes privilégios de que gozam alguns com prejuízo dos outros, como ser mais ricos, mais honrados, mais poderosos do que os outros, ou mesmo fazerem-se obedecer por eles.” (ROUSSEAU, 2005, p. 31)

Em “O contrato social”, Rousseau assim explica alguns marcos desta estrutura desigual que marcou diversas civilizações:

“Assim como um pastor é de natureza superior à de seu rebanho, os pastores de homens, que são seus chefes, são igualmente de natureza superior à de seus povos. Desta maneira raciocinava, no relato de Filon, o imperador Calígula, concluindo muito acertadamente dessa analogia que os reis eram deuses, ou que os povos eram animais. O raciocínio de Calígula retorna ao de Hobbes e ao de Grotius. Aristóteles, antes deles todos, tinha dito que os homens não são naturalmente iguais, e que uns nascem para escravos e outros para dominar.” (ROUSSEAU, 1999, p. 23)

Na base do pensamento de Rousseau está a idéia de que nenhum homem possui autoridade natural sobre outro e que, portanto, esta autoridade entre os homens é legitimada pelas convenções sociais. Este é o argumento que fundamenta suas críticas sobre as formas (desiguais) de organização da sociedade e sua proposta de um “contrato social”.

Ainda sobre a temática da igualdade, Norberto Bobbio reconhece especificidades e contradições inerentes aos princípios da igualdade e da liberdade. Ao perceber a igualdade e a liberdade como valores, o autor observa que elas são, respectivamente, um estado do indivíduo e uma relação entre indivíduos, e que estes valores não são necessariamente vivenciados de maneira simultânea.³

“(…) nas sociedades que existiram historicamente, nunca todos os indivíduos foram livres ou iguais entre si. A sociedade de livres e iguais é um estado hipotético, apenas imaginado. (...) Trata-se de uma sociedade na qual todo homem é livre na medida em que obedece apenas a si mesmo e, pelo fato de que essa liberdade é desfrutada por todos, todos são iguais pelo menos enquanto são livres. Ao contrário, uma sociedade histórica pode ser constituída de homens livres mas não iguais nas respectivas esferas de liberdade, assim como de iguais enquanto não são livres, ou, mais sucintamente, pode ser constituída de desiguais na liberdade e de iguais na escravidão.” (BOBBIO, 1997, p. 08)

³ Segundo Bobbio, “liberdade indica um estado; igualdade, uma relação. O homem como pessoa – ou para ser considerado como pessoa – deve ser, enquanto indivíduo em sua singularidade, livre; enquanto ser social, deve estar com os demais indivíduos numa relação de igualdade.” (BOBBIO, 1997, p. 07)

Neste percurso pela noção de igualdade, é importante recuperar a máxima política que a concebe como valor fundamental: “todos os homens são (ou nascem) iguais”, conforme prevê o 1º artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Contudo, este tópico costuma ser acompanhado de diversos questionamentos: Todos desfrutam dos mesmos bens? Os homens são iguais em que? Diante das inúmeras dificuldades de garantir esta condição de igualdade, o problema da justiça passa a ser percebido como o direito à dignidade, em que se projeta o ideal da igualdade de todos.

Outro problema que está na base deste ideal de igualdade diz respeito ao princípio de que “todos são iguais perante a lei”, pois sabe-se que existe uma rígida ordem hierárquica que impede que isto se concretize. Assim, esboçam-se as contradições entre o que está previsto nas constituições e sua aplicação na vida cotidiana, abrindo margem para diferentes formas de discriminação, em que desigualdades sociais são ancoradas em diferenças naturais (como o argumento da superioridade dos brancos, da incapacidade inata das mulheres, entre outros que marcaram o pensamento social de diferentes épocas).

A este respeito, Bobbio observa que existem entre os indivíduos diferenças relevantes e diferenças irrelevantes com relação à sua inserção nesta ou naquela categoria. Esta relevância é estabelecida conforme opções de valor, que são historicamente condicionadas. O debate em torno da igualdade passa, dentre outros aspectos, por variáveis ou condições que indicam a busca ou, de certa forma, a própria possibilidade de existência da igualdade.

O ideal-limite do igualitarismo se reconhece na igualdade de todos sob todos os aspectos, o que seria inatingível na prática. Entende-se que há diversas expressões de um igualitarismo parcial ou limitado, como certas leis que estendem o sufrágio às mulheres ou eliminam uma discriminação racial ou religiosa, entre outras. Enfim, ainda na perspectiva de Norberto Bobbio, equivale dizer que a igualdade “entendida como equalização dos diferentes é um ideal permanente e perene dos homens vivendo em sociedade” (BOBBIO, 1997, p. 43). Assim, “toda superação dessa ou daquela discriminação é interpretada como uma etapa do progresso da civilização”.

A atualidade deste debate pode ser facilmente ilustrada pela presença temática do assunto nos campos político, jurídico, dentre outros espaços. Pode-se, inclusive, dizer que

“jamais como em nossa época foram postas em discussão as três fontes principais de desigualdade entre os homens: a raça (ou, de modo mais geral, a participação num grupo étnico ou nacional), o sexo e a classe social” (BOBBIO, 1997, p. 43).

Estes chamados ‘marcadores de diferença’ que se esboçam na sociedade contemporânea acabam por reunir diferentes grupos sociais em torno da reivindicação do direito à diferença e da luta pela igualdade. Daí a necessidade de refletir sobre as minorias sociais e o modo como representam projetos políticos efetivos e, por isso mesmo, estão na pauta da política institucionalizada, conforme revelam as propagandas veiculadas no HGPE.

Minorias sociais e projetos políticos

Historicamente, a democracia é o regime político que contempla os ideais igualitários. Ao acompanhar as lutas dos movimentos populares que marcaram a história do Brasil, é possível observar a existência de sujeitos políticos coletivos que reivindicam diferentes direitos, a partir da identificação de necessidades e opressões comuns. Tratam-se de minorias sociais, que se organizam para romper com estruturas hegemônicas que provocam a exclusão de determinados grupos e movimentos.

Porém, há mitos impasses para uma definição do conceito de minoria. Enganosamente, a noção de minoria remete à idéia de uma inferioridade numérica, ou seja, de um setor isolado que é considerado minoria por não somar parcela expressiva da população. O conceito empregado pela Organização das Nações Unidas compreende “grupos distintos dentro da população do Estado, possuindo características étnicas, religiosas ou lingüísticas estáveis, que diferem daquelas do resto da população; em princípio numericamente inferiores ao resto da população; em uma posição de não dominância; vítima de discriminação”.

De acordo com Luciano Maia, as Nações Unidas não formalizaram uma definição de minoria universalmente aceita.

“O primeiro esforço foi desenvolvido pela Sub-Comissão para Prevenção da Discriminação e Proteção das Minorias, quando, em 1950, sugeriu: “I - o termo minoria inclui, dentro do conjunto da população, apenas aqueles grupos não dominantes, que possuem e desejam preservar tradições ou características étnicas, religiosas ou lingüísticas estáveis,

marcadamente distintas daquelas do resto da população; II - tais minorias devem propriamente incluir um número de pessoas suficiente em si mesmo para preservar tais tradições e características e - III tais minorias devem ser leis ao Estado dos quais sejam nacionais”.

(...) Posteriormente, duas outras definições relevantes foram trabalhadas. Em um trabalho divulgado em 1979, Francesco Capotorti define minoria como *“grupos distintos dentro da população do Estado, nacionais desse Estado, possuindo características étnicas, religiosas ou lingüísticas estáveis, que diferem fortemente daquelas do resto da população; eles devem ser em princípio numericamente inferiores ao resto da população; em uma posição de não dominância”.*⁴ (MAIA)

Em alguns contextos específicos, o conceito de minoria é claro, porque se refere àqueles grupos que, por razões até mesmo forçadas de uma imigração econômica, ou política, ou religiosa, são minoria no sentido de não estarem integrados a um determinado sistema que reconhece direitos e deveres, sendo muitas vezes vítimas de discriminação. Mas, conforme destaca Maria Vitória de Mesquita Benevides,

“No caso do Brasil, a idéia de minoria não é tão clara e, quando falamos de Lutas Populares e Direitos Humanos, a questão aparece com menor clareza ainda, porque aqueles mais carentes de direitos humanos são justamente os que formam também a maioria numérica do país (que é amplamente minoritária em relação ao acesso ao poder político, econômica, social, cultural, ou seja, é amplamente minoritária em relação aos seus direitos elementares, no plano dos Direitos Humanos e da Cidadania).” (BENEVIDES)

Portanto, a partir de algumas reflexões em torno do conceito de minoria, entende-se que as lutas sociais de grupos que possuem traços de reciprocidade entre si integram um tipo de projeto político, baseado na defesa de direitos e na eliminação da discriminação. É nesta abordagem que o texto intitulado *“Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero”* (Adriana Roso et. al.) discute a noção de minoria, a partir do modo como a mídia produz representações e estereótipos em torno de determinados grupos sociais. Para os autores, o termo maioria refere-se

“a qualquer grupo de pessoas que controle a maior parte de recursos econômicos, de status e de poder, estabelecendo, assim, relações injustas com as minorias sociais.

⁴ De acordo com Maia, “em 1985 Jules Deschênes, canadense, ofereceu à Sub-Comissão das Minorias uma outra definição, a partir dos estudos anteriores. Segundo ele, uma minoria é formada por *“um grupo de cidadãos de um Estado, constituindo minoria numérica e em posição não-dominante no Estado, dotada de características étnicas, religiosas ou lingüísticas que diferenciam daquelas da maioria da população, tendo um senso de solidariedade um para com o outro, motivado, senão apenas implicitamente, por uma vontade coletiva de sobreviver e cujo objetivo é conquistar igualdade com a maioria, nos fatos e na lei”.*”

Já minorias podem ser definidas como segmentos das sociedades que possuem traços culturais ou físicos específicos que são desvalorizados e não inseridos na cultura da maioria, gerando um processo de exclusão e discriminação.” (ROSO et. al.)

É importante lembrar que as relações de desigualdade que fazem parte do ambiente social foram histórica e culturalmente construídas, a partir de um processo político que, ao longo do tempo, produziu algum tipo de exclusão. Neste sentido, a idéia de minoria está ligada à representatividade que um determinado grupo social apresenta em termos de hegemonia. Constituem-se como minorias, atualmente, no Brasil, grupos relacionados a questões de gênero, etnia/raça, religiosidade, entre outras, que travam constantes batalhas para, nas palavras de Gramsci, ‘disputar hegemonia’, na tentativa de garantir direitos e oportunidades iguais aos cidadãos.

A tematização das minorias no HGPE

As perspectivas de pesquisa em Folkcomunicação reconhecem como uma de suas bases elementares a cultura dos ‘marginalizados’, entendida como espaço de comunicação e expressão de modos de agir, crenças e referências identitárias. Nesta abordagem, Luiz Beltrão menciona a existência de três tipos de exclusão: grupos rurais marginalizados, grupos urbanos marginalizados e grupos culturalmente marginalizados. Embora esta perspectiva tenha sido pensada em um contexto que remete aos anos de 1950 e 70 no Brasil, ainda mantêm sua atualidade e pertinência, permitindo pensar sobre os tipos de exclusão e formas de resistências que emergem no cenário social.

Neste sentido, o discurso das minorias como estratégia de ação política revela-se no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral como uma forte marca dos candidatos, independentemente dos cargos pleiteados. É interessante notar que, mesmo quando os candidatos não são representantes diretos de um determinado grupo social, personagens são convidados a manifestar apoio, atuando como o que Luiz Beltrão denomina de ‘líderes de opinião’, referindo-se à influência coletiva de agentes simbólicos no seio de comunidades periféricas (BELTRÃO, 2004).⁵

⁵ Para Beltrão, os líderes de opinião são personagens quase sempre do mesmo nível social e de convívio com uma dada comunidade, capazes de exercer algum tipo de influência devido ao seu reconhecimento e

A disputa eleitoral costuma circular em certos argumentos que já se incorporaram ao modo de fazer política, dentro e fora dos espaços midiáticos. Assim, tornam-se recorrentes as referências à competência, experiência, honestidade e renovação, entre outras que funcionam como mecanismos de convencimento ao eleitor. O que se pretende observar, neste texto, são os argumentos envolvendo a temática das minorias sociais, bem como os elementos que são postos em cena para conferir identidade ou adesão a determinado candidato ou candidata, no processo de disputa política.

Antes, porém, é preciso contextualizar as alianças formadas em Santa Catarina, para melhor delimitar a relação política dos candidatos e sua maior ou menor vinculação com as lutas populares. A coligação “Todos por toda Santa Catarina”, do candidato à reeleição para o governo do Estado, Luiz Henrique (PMDB), é formada pelos partidos PMDB, PT do B, PFL e PSDB e tem como argumento principal a ‘descentralização’ de seu governo. A coligação “Salve Santa Catarina”, do ex-governador Esperidião Amin (PP), agrega os partidos PP, PV, Prona e PMN. O candidato petista ao governo, Fritsch, representa a coligação “A força do povo”, formada pelos partidos PT, PL, PRB e PC do B. As eleições contam ainda com os seguintes candidatos ao Governo: Sontag (PSB), da coligação “Por uma nova Santa Catarina” (PSB e PTB), Fachini (PSOL), da Frente de Esquerda (PSOL, PSTU e PCB), César Alvarenga (PSDC), Elpídio Neves, “o xerife do dinheiro público” (PTC) e Manoel Dias (PDT).

Através de diferentes recursos (tais como uso de músicas, falas de personagens, imagens do cotidiano, etc), os candidatos apresentam propostas e promessas, procurando dar conta da pluralidade de grupos sociais que precisam, se alguma forma, se sentir representados nos discursos políticos. Entre os argumentos identificados nos programas, que se relacionam com as minorias sociais, pode-se mencionar as principais ocorrências: gênero, etnia, classe, traços culturais, religião, deficiência e geração.

Gênero

liderança. Daí a idéia de “fluxo de comunicação em dois níveis”, em que o líder de opinião torna-se mediador e filtro de informações e idéias.

No que diz respeito ao gênero⁶, destaca-se a referência à mulher, embora esta questão apareça com diferentes abordagens, oscilando entre o conservadorismo de certas posturas (atreladas a uma ‘essência feminina’ ligada à sensibilidade, à família, etc) e lutas efetivas direcionadas a grupos específicos de mulheres. Assim, a maioria das candidatas, especialmente ao cargo de deputada (seja em nível federal ou estadual) aposta no voto de mulher para mulher.

Para se ter uma idéia da representatividade deste mecanismo de identificação utilizado nos programas, apresentamos algumas candidaturas: Daltiva (PMDB), que traz como foco a “sensibilidade da mulher”, Marlene Schlindwein (PFL), que se refere à “força da mulher”, Ângela Albino (PC do B), que valoriza a “luta das mulheres”, Tânia Slongo (PT), que apresenta um discurso voltado às mulheres trabalhadoras, comprometendo-se com as aposentadorias para donas de casa e creches para mães trabalhadoras, além que candidatas que enfocam a presença das mulheres na política, como Rosângela Damásio (PMDB), destacando que “o momento político exige mudanças. Confie na capacidade de uma mulher” e Ana Paula (PT), que se apresenta como “a voz da mulher na defesa do cidadão”.

Há ainda outras formas de referência às minorias em torno da questão de gênero, como é o caso de Joanhina (PSTU), com um discurso voltado para quem é “mulher e mãe”, Tainá (PTC), para as “secretárias do lar e mulheres discriminadas” e ainda o candidato Jussim (PDT), que centra seu discurso no preconceito (embora recaindo em uma forma preconceituosa de se referir aos homossexuais e apresentando uma maneira pouco séria de tratar a questão da violência doméstica): “você, entendido, pela primeira vez um deputado o defende. Se você, mulher, quer ser submissa, o problema é seu. Se não quer, o problema é nosso”.

Pelo que foi possível perceber, o PT é um dos partidos que mais tematiza a questão das mulheres na política. Merece destaque o programa da candidata ao senado, Luci, que é tratada como “senadora de todos”, apostando ainda na força do governo Lula. Com recursos diversos e participações bastante plurais (jovens, mulheres negras, representantes

⁶ É importante considerar que uma das bandeiras do feminismo atual está centrada na participação política das mulheres, que ainda permanece em condições desiguais em relação aos homens. Embora o número de mulheres candidatas seja significativo, os resultados das eleições ainda apontam para um número praticamente irrisório de mulheres eleitas, apesar das cotas adotadas pelos partidos.

de movimentos sociais, etc), uma das marcas do programa é o uso da música “ééééé, mostra como é; ééééé, Luci é o que a gente quer”.

Em um dos programas, uma mulher negra é a personagem principal, utilizando a culinária para falar da reforma tributária e apresentando tópicos em forma de receita, de modo didático. Outro programa centrou o discurso na sua trajetória de vida, em que Luci conta: “Por que saí do cabo da enxada? Tenho um sonho para Santa Catarina”. Estes são exemplos do modo como a construção da imagem de uma mulher na política se utiliza de certas estratégias que ultrapassam a relação com as mulheres e procuram envolver outros setores da sociedade, ancoradas no discurso da competência.

Também se pode destacar um dos programas do candidato ao governo de Santa Catarina, Fritsch, que para apresentar seu programa de governo traz uma mulher, que declara: “como mãe e mulher, sei da importância da saúde e da educação para nossos filhos”. Além desta presença feminina, ao final do mesmo programa constam as declarações da senadora Idelli Salvatti (PT) e da ex-governadora de São Paulo, Marta Suplicy, reforçando o apoio das mulheres ao candidato.

Outra importante referência sobre as relações de gênero diz respeito à candidata à presidência da República, Heloísa Helena (PSOL). Com adesão dos movimentos e lutas populares, ela projeta uma outra imagem da mulher na política, apostando no discurso da igualdade e valorizando os interesses coletivos. Com alguma proximidade com o movimento de mulheres, o slogan de seu programa anuncia: “não vote neles, vote nela”.

Etnia/raça

No que diz respeito às minorias étnicas, a principal referência encontrada nos programas é do movimento negro, que atua no sentido de ressignificar a idéia de raça. Há diversos candidatos que valorizam em seus discursos o comprometimento com as políticas afirmativas e outras bandeiras do movimento, o que demonstra a ação das minorias como uma forma de gestão de um projeto político. Foi possível identificar, ainda, um candidato que trazia como bandeira a demarcação das terras indígenas.

Entre as candidaturas apresentadas em Santa Catarina, destacam-se a de Rita Nega, que tem um discurso voltado aos “irmãos afro-descendentes”, e Nega Tide (PMDB), que

representa “a força da mulher negra”. Nestes casos, a questão da etnia se sobrepõe à questão de gênero, sendo a identidade construída a partir de elementos da cultura negra.

Porém, a referência às minorias étnicas costuma aparecer nos programas de maneira indireta, oferecendo apoio a determinado candidato. Exemplos disso são os programas dos candidatos à presidência, Lula (PT) e Heloísa Helena (PSOL). O candidato petista evidencia uma preocupação com uma abordagem ‘politicamente correta’, trazendo como apresentadores do programa um índio, uma mulher negra e um homem branco. Esta diversidade acompanha todos os programas, principalmente quando são mostradas imagens dos populares, em que mães de santo e pessoas jogando capoeira, entre outras cenas que identificam minorias étnicas, aparecem com uma música de fundo do candidato.

A candidata Heloísa Helena, “coração valente”, traz desde o início de sua campanha a presença do movimento negro. O lançamento de sua candidatura se deu em Quilombo dos Palmares, uma importante referência história da resistência negra, quando recebeu homenagens de representantes de religiões de origem africana (como o candomblé e a umbanda). São recorrentes em seus programas as imagens de negros e negras, principalmente em cenas que destacam a caminhada da candidata pelas ruas de diferentes cidades, ou ao seu lado nos palanques.

Tratam-se de maneiras de manifestar adesão às causas das minorias, através de pronunciamentos de representantes de movimentos e grupos organizados e imagens que valorizam determinadas características culturais e identitárias.

Classe e marcas do ‘popular’

Muitos candidatos projetam sua imagem através da identificação com as classes sociais, especialmente as classes mais baixas, que somam a maioria do eleitorado. Assim, são comuns os apelos à ‘voz do povo’, em uma abordagem populista de relação com os eleitores.

Esta tônica aparece nas propagandas dos candidatos Selo “Pai” (PSB), que se apresenta como “funcionário do povo”, Abrão (PT do B), que direciona seu discurso às “comunidades carentes”, Ramos (PSDB), que aposta na condição de ser uma pessoa ‘do

povo’: “fui engraxate, estudei à noite, filho de pais analfabetos. Acredito que posso vencer” e o candidato a governador Amin (PP) quando diz: “conheço a lida do povo catarinense”.

O candidato a senador, Raimundo Colombo (PFL), ex-prefeito da cidade de Lages por três vezes, centra toda a sua campanha no slogan “o senador das pessoas”. Com este argumento, diz dar pouco valor às brigas e alianças políticas e, apresentando fotos com a família, manifesta seu compromisso com as pessoas. Abordagem semelhante é trabalhada no programa do candidato a senador Hulk (PSB), “o senador do povo”. Com um discurso mais enérgico e utilizando ataques políticos aos adversários, o candidato foge ao padrão de programa eleitoral ao trazer idéias, críticas e propostas através do formato em história em quadrinhos. O primeiro programa veiculado teve como narradores seus filhos, fazendo uma alusão ao candidato como super-herói. O programa apropria-se do personagem verde Hulk para projetar força e iniciativa ao candidato, através de recursos estilísticos próprios dos quadrinhos (como falas em balões, tipo de fontes, exploração de expressões dos atores, etc). Ao final, uma mão verde simulando um soco traz a mensagem “é Hulk neles”, que também é retomada pelas pessoas em uma enquête popular, servindo como estratégia de adesão junto às classes populares.

O programa do candidato a presidente, Geraldo Alckmin, da coligação “Por um Brasil decente”, também buscou um tipo de identificação do candidato com as classes populares. Por diversas vezes a expressão “homem simples”, referindo-se à sua origem, pautou os programas, ao trazer a trajetória do candidato que ingressou bastante jovem na política. O caráter mais personalista do programa, quando o candidato caminha de terno, com uma bandeira do Brasil ao fundo, é contrabalançado com um clip de uma música em tom de repente nordestino, que anuncia: “aperte a mão do Geraldo, minha gente”, formado por imagens que procuram focar a pluralidade da sociedade brasileira ao trazerem personagens com deficiência física, negros, mulheres e outros tipos de minorias.

Também é interessante notar alguns atravessamentos de classe no discurso dos candidatos, quando uma determinada categoria de trabalho é tomada como referência. É o caso dos candidatos Gilberto do Amaral (PDT), que aposta na defesa dos pequenos agricultores, Gilberto Silva, que centra seu discurso nos pescadores, e diversos outros que fazem referência à sua trajetória como servidores públicos, operários, bancários, etc, ou apresentam propostas direcionadas para determinada categoria. Um exemplo disso aparece

no programa do candidato petista ao governo de Santa Catarina, Fritsch, que traz uma música animada com os seguintes termos: “Lula era operário, Fritsch era agricultor”.

Outros marcadores de diferença

O discurso dirigido a determinado grupo ou setor da sociedade civil funciona como uma importante estratégia de adesão utilizada na disputa política midiática e como modo de construção da imagem dos candidatos. Entre as formas de identificação entre candidato e eleitor encontradas no HGPE estão os elementos religiosos, a questão da deficiência e de geração.

No caso das referências à religiosidade, com raras exceções, não se tratam de representantes ou referências às minorias, pois a maior parte dos candidatos apresenta uma orientação religiosa católica ou evangélica. Alguns exemplos permitem ilustrar esta questão: o candidato Maurício Peixer (PSDB) encerra sua apresentação com a frase “que a palavra de Deus esteja no coração de vocês”; Luciane Stobe (PSB), em uma abordagem moralista, se propõe a recuperar os “princípios de Deus e da família”; além dos candidatos ao senado Bispo Flori (PDT), que ao mencionar sua dedicação à vida religiosa diz “eu quero ajudar você” e Emayel (PSDC), que se intitula “democrata cristão” e centra seus argumentos nos valores da família.

No que diz respeito à geração, o principal apelo concentra-se no discurso da juventude, embora apareçam candidatos que se referem aos aposentados e à terceira idade. Entre os que constroem sua imagem através da relação com os jovens, estão César Souza Júnior (PFL), Tiago Anchino (PC do B) e Tati Teixeira (PSDB).

Também a questão da deficiência é abordada como temática de alguns programas políticos e propostas de governo, na maioria das vezes manifestando solidariedade a entidades representativas e assistenciais. É o caso do candidato a governador Neves (PTC), que menciona a valorização da educação especial através de parceria com a APAE e traz um deficiente visual para questioná-lo sobre seu plano para as pessoas com deficiência. Outra referência sobre o assunto aparece com o candidato Caíque (PMDB), que se apresenta da seguinte forma: “sou cego e advogado”, manifestando compromisso com a garantia dos direitos dos deficientes.

Traços culturais

A presença de determinados códigos culturais representa um importante elemento de identificação com os eleitores nos programas eleitorais, além de significar, na perspectiva teórica da folkcomunicação, um espaço de expressão da cultura de massa e da cultura popular. Assim, é possível encontrar nos programas marcas de um vestuário característico de determinada cultura, com é o caso do candidato Paulo Todeschini (PSDB), que aposta no visual country e aparece vestido com chapéu, camisa xadrez, óculos e anéis. Outra referência é o candidato Degraf (PDT), que ao dirigir-se aos “catarinenses, tradicionalistas e amigos” faz uma referência à tradição gaúcha, que é reforçada através do uso do lenço vermelho no pescoço.

A cultura sertaneja é constantemente lembrada nos programas eleitorais, principalmente através das músicas e paródias que acompanham os pronunciamentos dos candidatos. O “xerife do dinheiro público”, Neves (PTC), ocupa praticamente todo o tempo do programa com uma música em estilo sertanejo, nos seguintes termos: “ô minha gente, eu estou feliz (...) Vou dar um voto para este amigo, na alegria, na tristeza e na dor.” O candidato a senador, José Pinheiro, do mesmo partido, também traz uma música sertaneja de fundo como recurso de identificação.

Já o programa do Sargento Soares (PPS) projeta o comprometimento com as causas sociais do candidato através de um rap em que aparecem diferentes contextos de mobilização. O uso de códigos próprios do movimento hip hop, tais como música, dança e grafite, também marcam presença de forma indireta em algumas aberturas de programas políticos, de modo a buscar aproximações com os jovens eleitores.

Considerações Finais

Ao tomarmos as disputas políticas em uma sociedade democrática, percebemos que existe um espaço absolutamente plural de expressão das diferenças, uma vez que diferentes setores da sociedade passam a ser representados através de figuras políticas. No entanto,

sabe-se que muitas vezes trata-se de mera aparência democrática de um sistema que perpetua diversos tipos de desigualdade e exclusão.

Através dos argumentos apresentados por minorias sociais ou da presença do tema minorias sociais nos programas eleitorais, entende-se que há diferentes discursos em torno da identidade, que têm, como objetivo principal, a luta pela igualdade. Embora possa parecer paradoxal, esta relação igualdade/diferença é uma das características da sociedade civil organizada, que busca maneiras diversas de expressar um projeto político ou uma cultura.

Nesta perspectiva, a observação do HGPE é capaz de revelar muitas relações com a folkcomunicação, seja através de temáticas ou de recursos das culturas de massa e popular postos em cena nos programas. Ao percorrer as formas de identificação apresentadas pelos candidatos, procurou-se compreender a lógica de alguns discursos que respaldam e projetam, de modo mais ou menos oportunista, as causas dos grupos marginalizados.

Por fim, vale destacar que a relação entre democracia e igualdade costuma ser lembrada como uma motivação para o voto, aparecendo de modo recorrente no apelo aos eleitores e eleitoras, como lembra o candidato a governador, Sontag (PSB): “não anule o seu voto. Na solidão da urna, o voto tem o mesmo valor: rico, pobre, dona de casa, agricultor, jovem, idoso...” Resta saber se este valor do voto reflete em condições igualitárias de participação efetiva no campo da política.

Referências Bibliográficas

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação: Um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de idéias**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

_____. **Folkcomunicação: Teoria e metodologia**. São Paulo: Umesp, 2004.

BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. **Minorias: lutas populares e direitos humanos**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/mariavictoria/vitoriaPR.html>

BOBBIO, Norberto. **Igualdade e liberdade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

GADINI, Sérgio Luiz. **O uso de expressões populares como estratégia de apelo eleitoral: Uma leitura folkcomunicação das eleições municipais 2004 em Ponta Grossa/PR.** Artigo apresentado na 8ª Conferência Brasileira de Folkcomunicação. Teresina/PI, 2005.

HALL, Stuart. **Da diáspora – identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MAIA, Luciano Mariz. **Os direitos das minorias étnicas.** Disponível em: www.lpp-uerj.net/olped/documentos/ppcor/0082.pdf

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações – Comunicação, cultura e hegemonia.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

ROSO, Adriana, STREY, Marlene Neves, GUARESCHI, Pedrinho e NORA, Sandra M. **Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero.** Psicologia & Sociedade, vol.14, n.2. Porto Alegre, julho/dezembro de 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822002000200005

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.** São Paulo: Martin Claret, 2005.

_____. **Contrato social e outros escritos.** São Paulo: Cultrix, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000.